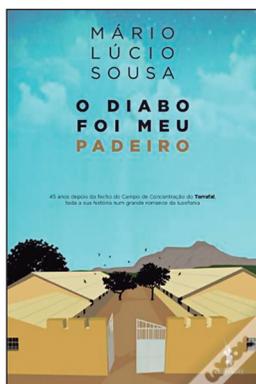


RESENHA CRÍTICA: *O DIABO FOI MEU PADEIRO*

Francisco FONTES*

Figura 1: Capa do livro.



Fonte: Site da editora Leya.¹

SOUSA, Mário Lúcio . **O Diabo foi meu padeiro**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2019.

O Diabo foi meu padeiro é uma obra do escritor e músico cabo-verdiano Mário Lúcio Sousa, publicada em finais de 2019 para assinalar os 45 anos do encerramento do presídio de presos políticos do Tarrafal. O Campo de Concentração teve duas fases, com as designações de Colónia Penal do Tarrafal – para portugueses – e de Campo de Trabalho de Chão Bom – para angolanos, guineenses e cabo-verdianos. Atualmente é um museu evocativo da resistência antifascista e da luta contra o colonialismo português. Após a independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, as instalações acolheram durante alguns anos uma unidade militar das forças nacionais.

* Universidade de Coimbra – Ceis20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – Instituto de Investigação Interdisciplinar – Coimbra – Portugal. 3000-457 – cardosofontes@gmail.com.

¹ Disponível em: <https://www.leyaonline.com/pt/livros/romance/o-diabo-foi-meu-padeiro/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Classificada como romance, *O Diabo foi meu padeiro* desafia este enquadramento, pois não dispõe da estrutura narrativa característica deste género literário e interroga-nos sobre a sua natureza ficcional. Por essas razões, a obra furta-se igualmente à designação de romance histórico. Na verdade, utiliza com rigor os factos históricos na trama, mas as personagens que nela entram também são reais, o meio milhar de presos e os seus algozes. É o próprio escritor que afirma: “tudo o que lá está é 100% verdade”, numa longa entrevista ao jornal desportivo *A bola* (fundado pelo antigo preso no Tarrafal, Cândido de Oliveira), a propósito do lançamento do livro (2019a, p. 20).

Pelas suas características, a obra está mais identificada com a crónica histórica e a diarística e, se o autor tivesse tido preocupações formais quanto às fontes que utiliza, mais próxima estaria da historiografia. Haverá no “romance” uma ou outra confabulação, como se os presos transformados em narradores quisessem acrescentar algumas impressões que nas notas de prisão não registaram. Isso não diminui o rigor aos factos transpostos, apenas detalha mais o contexto, num compromisso interpretativo dos acontecimentos.

A obra está organizada em quatro partes, sendo a primeira confiada ao narrador Pedro, português, e as seguintes aos seus “xarás” de nacionalidade guineense, angolana e cabo-verdiana. A escrita é em fragmentos, geralmente em registos em forma de diário, depurada e breve, com referência aos factos mais salientes do quotidiano no Campo: as mortes, as doenças, o enlouquecimento de alguns, o trabalho forçado, os espancamentos, os castigos na “frigideira”, a fome, comida e água podres, o sonho e os delírios da fuga. Remete para a diarística que está presente nos escritos dos presos, registada em pedaços de papel de caderno escolar ou de sacos de cimento, e que se encontra depositada em arquivos sobre a Resistência (PINTO, 1939-1947).

O ofício de cronista clandestino no Tarrafal sujeita-se a determinadas particularidades, que são expostas na seguinte reflexão do cabo-verdiano Pedro Rolando dos Reis Martins:

Tenho 19 anos de idade, embora ande nisto desde os 16. Aqui não podes escrever como um colegial, digo-me: tens de poupar lápis e papel, e tens de poupar castigos, escreve as palavras pela metade, ou multiplica-as, ou divide-as, para caberem no bolso e no sentido duplo. Outra coisa, tu és gago, mas aqui não podes gaguejar, tens de dizer o que tens de dizer (SOUSA, 2019b, p. 260).

Mário Lúcio Sousa apresenta um introito através de um diálogo breve entre um jovem e um antigo preso, Luís, que vai recordando episódios acontecidos cinco décadas atrás. Luís reaparece para as palavras finais, revelando-se com a identidade do cabo-verdiano Luís de Matos Monteiro da Fonseca, o destacado diplomata e

antigo Secretário Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Utilizando um miscigenado crioulo-português, conta na primeira pessoa qual é o destino daqueles presos: “Eu fui morrido em Outubro de 1967 e conheci o diabo às duas da tarde. Mas do diabo falarei mais tarde. [] Morriam-nos, para não nos matarem, este era o segredo” (SOUSA, 2019b, p. 7). A estratégia do Estado Novo, ao desterrar para um lugar distante, isolado e inóspito os opositoristas mais perigosos, não os pretendia exterminar, mas castigá-los e colocá-los numa situação tal em que morressem por si.

Pedro dos Santos Soares, professor, comunista, é o primeiro narrador convocado para registar a história íntima e partilhada dos presos políticos no Tarrafal. Também ele transcreveu para livro as suas memórias de prisão (SOARES, 2015). Em *O Diabo foi meu padeiro*, começa a narrar a partir do momento do embarque em Lisboa no cargueiro *Luanda*. Descreve-o assim: “Um silêncio empedrado sobe do chão nesta madrugada de 18 de Outubro de 1936” (SOUSA, 2019b, p. 17). Despede-se, rumo ao desconhecido, com a única promessa que a sua condição lhe permitia: “Lisboa, vou-te guardar, porque a memória é a única prova de que algo valeu a pena” (p. 18).

Os primeiros contactos com as rotinas no Campo (acampamento de tendas) são reveladores daquilo que os 150 presos que o inauguraram poderiam esperar naquele sítio: um clima agreste, uma alimentação péssima, água escassa e imprópria para consumo. Uma das tarefas primeiras a que são obrigados é a de construir as instalações em pedra e betão que, nas décadas seguintes, vão servir para encarcerar perto de meio milhar de antifascistas e anticolonialistas.

Para evidenciar a dureza sentida, o narrador regista o seguinte: “A nossa fome virou uma endemia, a nossa sede, uma sofreguidão, a nossa dor, uma nota triste. Morrer com dignidade tornou-se um desafio, porque viver já é uma utopia” (p. 27).

Essa referência à fome e à morte estabelece uma aparente intertextualidade² com uma passagem de *Sete palmos de terra e um caixão*, do brasileiro Josué de Castro:

Dela [a vida], eles nada tiram, além do sofrimento, do trabalho esfalfante e da eterna incerteza do amanhã: da ameaça constante da seca, da Polícia, da fome e da doença. Para eles só a morte é uma coisa certa, segura, garantida. Um direito que ninguém lhes tira: o seu direito de escapar um dia pela porta da morte, do cerco da miséria e das injustiças da vida. (CASTRO, 1965, p. 26)

² Genette, Gérard. (2010). *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, p. 14-25

As temáticas da seca e da fome³ do povo cabo-verdiano⁴ aproximam Mário Lúcio Sousa de escritores da geração da revista *Clairidade*⁵, em particular de Manuel Lopes⁶ e Luís Romano⁷. Tais temas da ruralidade estão praticamente ausentes da escrita dos autores⁸ do período do pós-independência.

Num discurso pungente e poético, o narrador esboça-nos o quadro dramático: “1943 está sendo um ano trágico para Cabo Verde. A fome já matou milhares de pessoas. Caem como folhas secas, e não há quem as carregue, porque não há força nos braços dos vivos” (p. 157). Numa outra passagem, através do narrador Pedro, escreve:

Dentro de toda a nossa miséria, a miséria dos outros é ainda maior. Fico de coração dilacerado ao ver as crianças, todas com menos de dez anos de idade, à porta do campo, à espera que saíamos com a barrica dos restos do refeitório para cravarem as suas mãozinhas e comerem como animais, com a sofreguidão de uma fome de dias (p. 157).

O tom e as palavras utilizadas pelo escritor aproximam o discurso de uma passagem de uma obra memorialista (SOUSA, 1978, p. 214): “Crianças entre os sete e os dez anos esperavam à porta do Campo, e quando nos viam sair com a barrica dos restos corriam e com as mãos tiravam as sobras, comiam como animais, com a sofreguidão de uma fome de dias”.

A morte é vocábulo repetido, e sentimento constante, nas narrativas dos presos. Pedro Soares descreve assim a homenagem última ao torneiro Francisco Nascimento, em janeiro de 1938:

A marcha dos oito presos escoltados a levar o caixão, a pausa resignada para descansar os braços, o enterro sem uma única flor, sem uma insignificante lápide, sem uma lágrima, sem um familiar, compõem a ópera muda do nosso desalento, enquanto a malfadada culpa remói a impossança das nossas almas.

³ Para aprofundar o tema *vide* CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

⁴ Estiagem em Cabo Verde *vide* CABRAL, Juvenal. **Memórias e Reflexões**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional, 2002. p. 103-142.

⁵ Fundada por Manuel Lopes, Jorge Barbosa e Baltazar Lopes e outros (publicou-se nos períodos de 1937-37 e 1947-60).

⁶ **Os Flagelados do Vento Leste**. Lisboa: Edições 70, 1984 (1.^a ed. 1959).

⁷ **Famintos**. Lisboa: Ulmeiro, 1983 (1.^a ed. 1962).

⁸ Kaká Barbosa aborda a condição do povo rural na poesia em cabo-verdiano (*Vinti Xintidu Letrado na Kriolu; Son di ViraSon, Konfison na Finata*) e nos contos de *Chão Terra Maiamo*, com o pseudónimo Albey Bakar.

É a primeira vez que vimos ao cemitério. Sentimos finalmente o que significa o desterro: é quando um estrangeiro é enterrado em terra alheia. Partilhar o chão com mortos desconhecidos é o último dos abandonos. Sentimos que já não somos ninguém. (p. 98)

Para os nordestinos brasileiros, em Josué de Castro (1965, p. 25), a morte é libertadora, tal como para os presos do Tarrafal, mas a partida só é digna se o corpo repousar na terra em caixão próprio, e não utilizar um emprestado no enterro. No Tarrafal, a dignidade é confiada aos que ficam, que prescindem de uma mesa onde todos comeram para que das suas tábuas se faça o ataúde (SOUSA, 2019b, p. 98).

Em *O Diabo foi meu padeiro*, as últimas horas de um “condenado” são descritas por meio de imagens que remetem para um ambiente devoto, místico, mas também de reacendimento da revolta, da determinação da fuga, da continuação da luta, a reafirmar o que diz o Luís cabo-verdiano: “a causa da morte não morre, os modos de morrer, sim, morrem com a criatura” (SOUSA, 2019b, p. 8).

Uma das mortes no Tarrafal mais emotivas foi a do antigo secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves, a 11 de setembro de 1942, com “biliosa”. Procurando ser fiel ao sentido pelos presos, Mário Lúcio Sousa descreve deste modo o ambiente: “Cai uma noite quente e serena. Na enfermaria, há borboletas a entrar e a sair numa cerimónia enigmática. Voam em volta, com uma leveza de apaziguar a respiração” (p. 153).

É evidente a relação que esse ambiente místico, como que a descrever o ritual do espírito a sair do corpo, estabelece com este texto memorialista: “Durante toda a noite, de hora a hora, vinha o guarda abrir as portas das casernas para os diferentes turnos de vela ao corpo de Bento Gonçalves. Foi uma noite serena e quente. Entravam borboletas e voavam em volta da lâmpada da casa mortuária” (SOUSA, 1978, p. 153).

Pedro dos Santos Soares é libertado em inícios de 1940, prossegue a sua narrativa a partir de cartas que recebe do Tarrafal. É rendido como narrador pelo militar Pedro José da Conceição (1984, p. 56) em março de 1941. Pedro Soares acaba por ser novamente desterrado, por se envolver em atividades antifascistas. Ambos se revezam a descrever os acontecimentos até o último preso português sair em liberdade, Chico Sapateiro, a 26 de janeiro de 1954.

Mário Lúcio Sousa estabelece uma demarcação vincada entre a “Parte primeira”, dedicada aos portugueses, e as restantes três, referentes aos africanos. É também a da demarcação histórica das funções do Campo de Concentração. A relacionada com os portugueses ocupa mais de metade do livro (180 páginas), e a escrita utilizada é mais poética, mais rica em detalhes, porventura porque a bibliografia e a documentação consultadas foram mais pródigas a fornecer-lhe informação. Parece ter sido um período em que as condições do Campo foram mais duras na alimentação, no trabalho forçado e nos castigos aplicados. O regime do

Estado Novo em Portugal também se ia transmudando, após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial.

Nas partes dedicadas aos ocupantes africanos, o autor provoca ainda outras ruturas no discurso narrativo. Põe em prática a plasticidade e a riqueza da língua portuguesa, adaptando-a ao falar dos angolanos, guineenses e cabo-verdianos, em relação a esses dois povos com contaminações com os crioulos nacionais.

O Campo, com a designação de Colónia Penal de Chão Bom, reabre a 26 de fevereiro de 1962 com a chegada de 31 angolanos, entre eles o narrador Pedro Benje, que aos 71 anos se viu despojado do cargo de 1º Oficial dos Serviços de Saúde (SOUSA, 2019b, p. 195).

“Para mim, comecei a viagem de ficar”, pressente Pedro Benje (p. 199), que pouco tempo depois é evacuado para Lisboa, onde morre, no hospital. É substituído na narração pelo dactilógrafo Pedro Chimbinda, deportado no terceiro lote de angolanos, a 25 de março de 1970. Entre os grupos que por lá passam, encontram-se os escritores António Cardoso, Luandino Vieira, António Jacinto, Agostinho Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu) e os irmãos Justino e Vicente Pinto de Andrade.

De Luandino, Mário Lúcio Sousa conta a forma como salvou os livros que escreveu na prisão, fazendo sair as folhas no fundo de um balaio (cesto) de uma amiga que aí lhe ia vender pão (2019b, p. 281).

Os guineenses, num contingente de uma centena, chegam ao Campo em setembro de 1962. Dois deles morrem na viagem. “Petro” (Pedro) Mancanha é o escolhido para narrar esse período de infortúnio dos seus camaradas.

Os cabo-verdianos dão entrada em março de 1971. O narrador é Pedro Rolando dos Reis Martins, um jovem sonhador de 19 anos que aspira a estudar Belas Artes. Ironicamente, o diretor do Campo é Eduardo Fontes, o Dadinho, pai de um colega de escola, o que o leva a questionar: “Será que nos querem uns contra os outros?” (p. 258).

A 1º de maio de 1974, a centena de angolanos e os 14 cabo-verdianos que se encontravam no Campo são amnistiados, postos em liberdade. Era “o 25 de Abril a chegar com uma semana de atraso” (p. 313), recorda o Pedro Martins, que posteriormente se dedicou à arquitetura na Cidade da Praia.

Luís Fonseca regressa nas últimas páginas da obra para fechar a história das vítimas do Campo de Concentração, para aludir à morte do último preso português, Edmundo Pedro, em 1997, aos guineenses que regressaram para prisões do seu país, em 1969, e foram libertados alguns meses depois. Conta ao seu jovem amigo como foi o fim do colonialismo, com as independências dos países libertados, e fala de si próprio, de um acontecimento singular, de ter gerado uma filha na prisão.

Antes da transferência para o Tarrafal, Luís passou uns meses detido na cadeia da Cidade da Praia, que tinha um carcereiro que a abandonava para lhes fazer umas “tarefas clandestinas”. Quando as realizava à noite, deixava a porta aberta, o que

permitia a entrada da mulher de Luís, Fernanda, e nesses encontros geraram uma filha (p. 319).

Luís confidencia ao seu jovem amigo as emoções sentidas quando, na prisão, sabe que a filha nasceu:

[N]a solidão daquele mundo matador, recebi um telegrama. [] Era um telegrama fresco, trémulo, com textura de suor e orvalho. Trazia Bailarinas letras dizendo: ROSA NASCEU DIA NOVE.

Eu me vi, naquele momento, o homem mais solitário do universo, senti duas pernas de água a descer-me da cara abaixo. Essas pernas levaram-me dali. Por horas tive Rosa nas mãos, Fernanda no peito, sorri para as duas, e partilhei com elas a maior sensação de liberdade que jamais pude viver. (p. 320)

O Diabo foi meu padeiro é a história das vítimas do Campo de Concentração do Tarrafal contada por elas próprias. Histórias de solidariedade e humanismo perante a crueldade mais atroz que o ser humano consegue recriar.

Encerra com uma dedicatória do autor aos presos do Tarrafal, que nomeia, na sua extensão de cerca de meio milhar, divididos por nacionalidades (p. 321-326), a querer reafirmar que todos eles são protagonistas nas páginas precedentes.

No entanto, Mário Lúcio Sousa é também ator de uma parte da história do Campo que não entra nessa obra que escreveu. Nascido na Vila do Tarrafal, em 1964, na sua meninice tomou contacto com presos políticos a trabalhar no exterior do presídio. Em 1975, quando ali se instalou uma unidade militar, captou a atenção do seu comandante, ao escutá-lo a declamar na rua poesia revolucionária. Quis conhecer-lhe a família, pobre e numerosa, e depois apadrinhá-lo, ajudá-lo a desenvolver as capacidades intelectuais que já revelava de modo que um dia as pudesse colocar ao serviço do jovem país.

Mário Lúcio Sousa passa a viver com a família do comandante militar, e o antigo Campo de Concentração, então convertido em quartel, é local para as suas brincadeiras dos tempos livres.

Bolseiro, vai para Cuba, onde se forma em Direito, regressa ao país e torna-se um destacado músico. Tem obras de poesia, teatro, conto e romance publicadas. Nelas universaliza temas da Cultura e História cabo-verdiana. Já foi galardoado com quatro prémios literários. O seu anterior romance, *Biografia do Língua*, sobre a história de um escravo intérprete de línguas, publicado em 2015, recebeu os prémios de narrativa do PEN Clube de Portugal e o Prémio Literário Miguel Torga.

Em 2016, nas funções de ministro da Cultura de Cabo Verde, Mário Lúcio Sousa inaugurou um museu em memória das vítimas no Campo de Concentração do Tarrafal.

O Diabo foi meu padeiro é uma obra com temática de grande atualidade, num tempo em que a erosão de valores democráticos e as tentativas de branquear

horrores da História do último meio século têm vindo a dar espaço à propagação de uma ideologia neonazi.

Torna-se, assim, numa obra pedagógica de grande utilidade, dado o rigor na transposição dos factos para a narrativa. Mário Lúcio Sousa deixa essa proposta nas entrelinhas ao colocar o embaixador Luís Fonseca, a abrir e a encerrar o livro, a explicar o que se tinha passado para um jovem amigo.

Pela sua estrutura, pela escrita de grande riqueza estilística e beleza poética, *O Diabo foi meu padeiro* é uma leitura absorvente. Apesar de agarrar o leitor desde as primeiras linhas, ela obriga a frequentes pausas, para se conseguir digerir a tamanha dor que impregna as suas páginas.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. D. **Sete Palmos de terra e um caixão**. Lisboa: Seara Nova, 1965.

PINTO, A. G. Cronologia de acontecimentos decorridos na Colónia Penal do Tarrafal. **Pasta: 09612.023**. 1939-1947. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160363. Acesso em: 6 jan. 2021.

Presos Políticos no Regime Fascista III: 1940-1945. Presidência do Conselho de Ministros - Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, 1984.

SOARES, P. Tarrafal Campo da Morte Lenta. In: SOARES, P. **Escritos Políticos**. Lisboa: Edições Avante, 2015. p. 9-77.

SOUSA, F. D. **Tarrafal - testemunhos**. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

SOUSA, M. L. Mais do que Cândido e A bola. **A bola**, Lisboa, p. 19-21, 13 de novembro de 2019 (2019a).

SOUSA, M. L. **O Diabo foi meu padeiro**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2019b.

